

O caminho da insensatez

Na Argentina, o Executivo e o Legislativo convieram em tornar mais flexíveis as negociações entre empregados e empregadores, tendo em vista a necessidade de, mantida a paridade cambial, compensar as eventuais perdas dos exportadores pelo aumento de produtividade.

No Brasil, porque não concorda com o fato de o governo — sob o pretexto, verdadeiro ou não, de que a Previdência não pode arcar com tais despesas — não pagar aos aposentados uma diferença de 16% do INPC retroativa a setembro, um deputado do PT gaúcho propõe — e a Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados aprova — que todas as empresas privadas devam dar um abono de Cr\$ 42 mil em dezembro a todos os seus empregados e a Previdência Social a isso também se obrigue com aposentados e pensionistas.

No mesmo dia, o plenário da Câmara aprovava um aumento de 102,58% em novembro para os deputados federais (e senadores) e mais 20% em dezembro (porque os funcionários públicos foram aumentados nesse porcentual), elevando seus vencimentos, em dois meses, em 148%. Quem paga a conta? A dos congressistas, o contribuinte. A da Previdência, os que não receberão, porque o INSS já está estudando como atender às obrigações atuais recorrendo ao sistema bancário. A das empresas, possivelmente os trabalhadores, que ficarão desemprega-

dos logo depois de receber os Cr\$ 42 mil de abono.

O que houve na última sessão da Câmara dos Deputados da semana passada foi simplesmente a admissão pública de que não se legisla tendo em vista nem o interesse público nem muito menos o dos supostamente beneficiários.

Mais grave ainda. Assistiu-se ao predomínio da demagogia na Comissão de Trabalho — que votou por unanimidade a emenda do deputado Paulo Paim ao projeto do Executivo que dá um abono de Cr\$ 10 mil ao salário mínimo, vale dizer, com o voto favorável dos deputados do governo. O líder do PFL, Ricardo Fiúza, ainda tentou argumentar com a afirmativa de que o presidente Collor de Mello não arredava pé de seu projeto e a emenda, se votada em plenário esta semana, seria vetada se passasse pelo Senado. Com isso os trabalhadores que ganham o salário mínimo não teriam abono de espécie alguma.

Inútil. Da sua barricada petista pré-congresso do ABC, Paim vociferou. "Que veto! Lutaremos, então, pelo fim do voto secreto" [na votação dos vetos]. Em outras palavras, lutará pela reforma da Constituição!

Não apenas a demagogia esteve presente. Também o desejo manifesto de afrontar o presidente da República, quaisquer que sejam as consequências para a economia do País.



Numa época de recessão — em que a mão-de-obra desempregada se conta por centenas de milhares, o comércio começa a sofrer a concorrência da indústria (que vende diretamente ao público para fazer caixa), há empresas seguradoras que já temem pelo aumento da inadimplência dos que pagam prêmios diversos —, onera-se a caixa das empresas privadas pelo simples prazer de levar ao confronto o Executivo e o Legislativo. Não apenas o deputado Paim, o que seria compreensível, mas toda uma comissão na qual os governistas estão representados!

O pretexto para o desafio lançado ao presidente da República é que o Executivo está desconsiderando os aposentados. Longe de cuidar de resolver o problema da Previdência, encontrando caminhos que levem a um tipo de privatização da seguridade social em que ninguém perca (como tudo indica estar acontecendo no Chile e agora se tentará fazer na Argentina), procura-se agravar a situação, aumentando o déficit do INSS pela obrigação, imposta por lei, de pagar o que não arrecadou.

A Previdência, se a Câmara e depois o Senado aprovarem a emenda votada pela Comissão de Trabalho, terá de apelar para numerário do Tesouro (que emitirá), ou buscá-lo no FGTS (como fez para saldar parte da dívida

com os hospitais) ou, então, pagar os juros altos que o BC fixa para conter a demanda.

O tom em que foi colocada a votação na Comissão de Trabalho, afora o resultado dela, demonstra o quanto nossa classe política está longe de compreender os reais problemas do País. Assim como o chefe do Executivo — membro conspícuo da classe política — muitas vezes se recusa a administrar o dia-a-dia, preferindo planos de impacto dos quais o Brasil descê, o Congresso também parece não se dar conta de que tem co-responsabilidades na sobrevivência do Estado e na felicidade real (não monetariamente falseada) do povo.

Enquanto não se legislar para a felicidade real do soberano, estaremos mergulhados permanentemente em crise.

Não queremos estender-nos sobre o que significa a emenda para as empresas. Alguns dissídios já sacrificaram de maneira brutal os pequenos e médios empresários. O acréscimo desse abono de Cr\$ 42 mil ao 13º salário, que se pagará sobre vencimentos aumentados pelos dissídios, criará dificuldades incontáveis de caixa.

Muitas empresas terão de recorrer ao sistema bancário para financiar suas folhas de pagamento. Tudo isso pelo ato de alguns poucos, que imaginam que têm poder para, desorganizando as pequenas e médias empresas e criando dificuldades para as grandes, aborrecer o presidente da República.

Dessas pessoas, pode dizer-se, livre-nos o Senhor!